

**ELEIÇÕES MUNICIPAIS BRASILEIRAS – CENTRALIZAÇÃO E
HEGEMONIZAÇÃO: Análise dos resultados das urnas em quatro capitais
brasileiras de 1996 a 2016**

*HEGEMONIZATION IN BRAZILIAN MUNICIPAL ELECTIONS: Analysis of polls
results from 1996 to 2016*

Alison Ribeiro Centeno¹

RESUMO

Através da análise de resultados apurados nas urnas em São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Belo Horizonte nas seis eleições municipais que ocorreram entre 1996 e 2016, o presente artigo aponta o processo de concentração e dominação da política eleitoral nesses municípios, não apenas no entorno de um seleto número de candidatos que estiveram presentes em mais de uma eleição, mas também como dentre esses, o modo como poucos atingiram votações expressivas. O predomínio dessas lideranças políticas é concatenado com a supremacia de poucos partidos que obtiveram vitórias consecutivas nas eleições dessas importantes capitais de estados brasileiros. Utilizando abordagens clássicas e contemporâneas da antropologia para melhor definir a complexidade da metrópole, passando por uma breve exposição da centralização do processo político, o estudo deságua na avaliação dos números que comprovam que apesar de cada eleição ser um processo ímpar, os diferentes contextos sociopolíticos têm como denominador comum a hegemonia das lideranças político-partidárias.

Palavras-chaves: eleições municipais; elites políticas; lideranças políticas.

¹ Possui graduação em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2015), onde teve seu trabalho de conclusão de curso sobre Economia Criativa e Indústrias Culturais publicado na Revista da Graduação da Universidade. Atualmente é Revisor de periódico da Indicadores Econômicos FEE e Mestrando em Ciências Sociais na PUCRS. Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em eleições majoritárias e Senado Federal. Contato: alison.centeno@acad.pucrs.br.

ABSTRACT

Looking through the results of municipal elections in São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador and Belo Horizonte, throughout 1996 to 2016, this research focuses on the process of concentration and domination of electoral process in those four state's capitals. Between the select number of candidates who have been present in more than one election are a fewer number that concentrate a large percentage of the votes. The predominance of political leaderships is coupled with a supremacy of a few parties that have won consecutive victories in these four major Brazilian's cities. Using classical and contemporary approach from Anthropology to describe the complexity of the metropolis, adding it to a brief exposition of the centralization of the political process, this study shows that despite each election been a unique process, the different socio-political contexts have a common denominator that is the hegemony of a few political leaders dominating this process.

Keywords: municipal elections; political elites; political leadership.

INTRODUÇÃO

Bienalmente, os brasileiros interagem em maior ou menor grau com o processo de escolha para formação da administração e da representação política, seja a nível municipal, ou estadual e federal (que ocorrem simultaneamente)². Todavia, a campanha tem início muito previamente aos meses em que propagandas tomam conta das cidades até desaguiarem no dia do escrutínio eleitoral: seu planejamento, a formação de comitês e a interação com os eleitores, dão vida ao processo onde políticos concorrem a vagas no Executivo ou no Legislativo nas três esferas da Federação.

Os coletivos sociais são construtos geralmente mencionados como sujeitos (erroneamente são tratados de maneira personificada), esquecendo sua composição que os instituem. “A nação”, “o povo”, etc., não são sujeitos, mas sim, construtos sociais³; os termos que os designam abreviam a rede de atores sociais que os compõem – pessoas interdependentes. Esses indivíduos, em maior ou menor grau atuam no campo político, no caso mais específico do presente estudo (o período eleitoral), têm contato ainda que mínimo com o mais abrangente (em termos de participação popular) processo da política brasileira que é a campanha eleitoral

² Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

³ SCHUTZ, Alfred. O mundo das relações sociais. In: WAGNER, Helmut R. (Org.). Fenomenologia e relações sociais: textos escolhidos de Alfred Schutz. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.

municipal, onde os eleitores têm relação mais direta e contínua com a elite política local que visa o centro do poder da cidade.

Nas metrópoles e em outros municípios, o candidato chega quase da mesma maneira ao seu eleitorado: inserções no rádio e na TV, bandeiras, cartazes e *folders*, etc., mas o grande diferencial é no ‘corpo a corpo’. Essa interação faz parte da velha prática eleitoral da ‘gente como a gente’, quando um candidato se mostra não apenas próximo, mas mais um dentre aqueles que busca representar, fazendo refeições em locais públicos, por exemplo. Eventos também distinguem os tipos de candidatos que deles participam. Candidatos que tem sua base eleitoral junto a eleitores mais religiosos, questões morais e da família, tendem a participar de cultos, missas e manifestações dessa natureza. O extremo oposto ocorre para candidatos de bandeiras ‘mundanas’, como os que defendem causas como a LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros), políticas contra a violência ou problemas que certa região venha a enfrentar.

Consequentemente, essas características também distinguem candidatos do Executivo e Legislativo; considerando apenas o âmbito municipal (ainda que essa mesma hipótese possa valer para as esferas estadual e federal) um candidato a Prefeito tende a suavizar o seu discurso e não ter sua imagem fortemente associada a uma causa – ainda que com exceções. Já candidatos ao Legislativo municipal, buscam seguir a lógica de candidatos às Assembleias Legislativas e a Câmara dos Deputados, atuando dentro de um eleitorado cativo. Disso decorre a lógica do ‘irmão que vota em irmão’ (entre o eleitorado evangélico), do ‘trabalhador que não vota em patrão’, do candidato que ‘luta pelo nosso bairro’, dentre outros.

Os municípios escolhidos para a presente análise, são as capitais dos quatro maiores colégios eleitorais estaduais do País, bem como quatro dos cinco maiores colégios eleitores municipais, respectivamente: São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Belo Horizonte. Essa última, é na verdade a quinta capital com maior número de eleitores, todavia, Brasília (3ª colocada), não realiza eleições municipais⁴. O número de eleitores coletado é respectivo ao último mês em que os dados estavam disponíveis no TSE antes ou no próprio mês da realização das eleições. Serão analisadas seis eleições ao longo de vinte anos, buscando demonstrar a centralização do escrutínio eleitoral em torno de poucos nomes e legendas

⁴ Artigos 18, §1º e 32, §1º da Constituição da República Federativa do Brasil e artigos 10, 11, 12, 13, 14 e 15 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

partidárias, que sucessivamente se apresentaram (em ocasiões, mudando de legenda para permanecerem na disputa), concentrando o maior número de votos.

1 A COMPLEXIDADE DA METRÓPOLE E DA ELEIÇÃO

Para Velho (2013), sociedades complexas são aquelas onde a divisão social do trabalho e a distribuição de riquezas definem classes sociais, estratos ou castas, com categorias sociais de continuidade histórica. Complexas, porque há a coexistência de diferentes culturas e tradições, etnias, religiões, etc., com uma clara relação entre a divisão social do trabalho e a heterogeneidade cultural (que coexiste com a pluralidade das tradições).

Dentro de uma mesma sociedade complexa, diferentes segmentos atribuem diferentes valores a divergentes sistemas. Em determinados segmentos, destaca o autor, o indivíduo é o foco ideológico central, enquanto em outros segmentos, questões econômicas, políticas e simbólicas retiram este foco. A interação social torna difícil a construção de mapas socioculturais nas sociedades complexas. Os indivíduos transitam, ascendem e descendem entre diferentes mundos sociais, vivem múltiplos papéis, exatamente por não existir uma cultura única, especialmente nas sociedades complexas contemporâneas, com mudanças em diferentes papéis e experiências, onde indivíduos vivem em diversos planos simultaneamente.

Diferentes universos sociais se traduzem em distintos universos político-eleitorais. Especialmente em metrópoles, se encontram regiões caracterizadas socialmente, como bairros tidos como religiosos, ‘de família’, dentre outros. Em bairros de população de baixa renda, que podem englobar múltiplas dessas características sociais, é comum que a experiência política ocorra com encontros comunitários, para tratar de questões locais que estejam afetando a qualidade de vida dos moradores.

Bone, Ranney (1966) melhor exemplificam essa dificuldade com o que chamam de “mapa cognitivo do eleitor”: os eleitores tendem a experimentar a política de maneira semelhante à como experimentam o cotidiano intersubjetivo; advém de suas experiências e de sua formação como indivíduo, nas palavras dos autores: “não surgem por geração espontânea. Como outras atitudes humanas,

formam-se pela interação entre a estrutura psicofísica do eleitor e seu ambiente físico e social”⁵.

O ator social atua com maior ou menor empenho no meio político, de acordo com sua percepção da realidade social. Desde o cidadão que apenas deposita o voto na urna, passando pelo militante assíduo, até quem compõe a elite política. A experiência do indivíduo com a política decorrerá da intensidade de suas preferências político-partidárias, das bandeiras e causas sociais que lhe são caras, dos problemas que enfrenta em sua realidade cotidiana, dentre outros múltiplos fatores que moldam essa inserção do cidadão no meio político.

Sofremos todos, constantemente, o bombardeio de uma torrente sem fim de “sinais” políticos da televisão, dos jornais, de nossas famílias e amigos, e todos os demais “transmissores” que se encontram em nosso ambiente. [...] Os que são aceitos vão abrigar-se em nossos receptáculos mentais e são interpretados à luz de nossos mapas cognitivos⁶.

Desde 1997 é proibido no Brasil a distribuição de bens pelas campanhas eleitorais. Era rotineiro antes disso, que campanhas se valessem da entrega de camisetas, bonés, dentre outros artefatos, “ou quaisquer outros bens ou materiais que possam proporcionar vantagem ao eleitor”⁷, para conquistar eleitores de regiões mais pobres. Primeiramente, no presente estudo não será discutida a desigualdade que campanhas com maiores níveis de recursos promoviam ao se valerem de tais instrumentos, dificultando o caminho ao êxito nas urnas por parte de candidaturas mais pobres; o que aqui se visa ressaltar é a capacidade – seguindo o princípio da dádiva de Mauss (2013), de certos candidatos cativarem eleitores por suas necessidades, criando um princípio de obrigação do eleitor para com esse, onde a ação, antes tida como de “caráter voluntário, por assim dizer, aparentemente livre e gratuito, e no entanto obrigatório e interessado, dessas prestações”⁸ – se torna uma ação pretenciosa, um investimento futuro para obtenção do voto.

O estudo detalhado de costumes em relação com a cultura total da tribo que os pratica, [...] propicia-nos quase sempre um meio de determinar com considerável precisão as causas históricas que levaram à formação dos costumes em questão e os processos psicológicos que atuaram em seu

⁵ BONE, Hugh A.; RANNEY, Austin. A política e o eleitor. Rio de Janeiro: Editora Presença, 1966, p. 22.

⁶ BONE, Hugh A.; RANNEY, Austin. A política e o eleitor. p. 23.

⁷ Lei nº 11.300, de 10 de maio de 2006.

⁸ MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a Dádiva. São Paulo: Cosac Naify, 1ª edição, 2013, p. 10.

desenvolvimento. Eles podem revelar as condições ambientais que criaram ou modificaram os elementos culturais; [...] ou nos mostrar os efeitos que as conexões históricas tiveram sobre o desenvolvimento da cultura⁹.

Obviamente, ao citar Boas (2005) não se busca associar a política brasileira aos níveis das sociedades tribais; o intuito é elucidar a necessidade de precaução ao tratar de semelhante tema. Mauss (2013) já havia apontado que mesmo nas sociedades tidas como “primitivas” haviam um “enorme conjunto de fatos. E fatos que são muito complexos”¹⁰, logo, a explicação da estrutura política de um determinado local não cabe em um ou poucos estudos, dada a diversidade de características a serem observadas para a manutenção desse modelo de ‘fazer política’.

Boas (2005) é célebre por sua contribuição que valoriza as idiosincrasias que compõe cada cultura, ao não sintetizar esse aspecto tão importante das sociedades, ‘colocando-as sob o microscópio’ e detalhando sua construção histórica, ou, melhor elucidado pelo autor: “A investigação histórica de ser o teste crítico demandado pela ciência antes que ela admita os fatos como evidência”¹¹. Essas questões tão bem abordadas pela antropologia, são de extrema importância para refletir e compreender a idiosincrasia de cada cidade e de cada eleição.

A dinâmica eleitoral depende de uma diversidade de fatores difíceis de simplificar (fazendo também de cada eleição um processo singular), indo de elementos internos e externos ao município, como a avaliação pública da corrente administração local, gastos dessa com propaganda¹² dos trabalhos executados pela gestão, o número de candidatos que pleiteiam o executivo municipal, nomes de peso que se apresentam para a disputa, popularidade das gestões estadual e federal, assim como o sentimento político nacional como um todo, propaganda e marketing¹³, para citar alguns exemplos.

⁹ BOAS, Franz. As limitações do método comparativo da Antropologia e Os objetivos da pesquisa antropológica. In: CASTRO, Celso (Org.). Antropologia Cultural. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004, p. 34.

¹⁰ MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a Dádiva. p. 10.

¹¹ BOAS, Franz. As limitações do método comparativo da Antropologia e Os objetivos da pesquisa antropológica. In: CASTRO, Celso (Org.). Antropologia Cultural. p. 37.

¹² Como apontado por Gasparetto (1993), o efeito da propaganda é importantíssimo numa campanha eleitoral, contudo, sozinha essa não se traduz em garantia, tampouco em vitória.

¹³ O presente artigo não vai avaliar a taxa de sucesso dos candidatos com maior espaço na propaganda eleitoral ou do nível de recursos financeiros da campanha (em especial esse último justamente pela vastidão de trabalhos que demonstram a correlação entre financiamento de campanha e sucesso nas urnas), focando em avaliar a repetição de nomes consagrados nas urnas em sucessivas eleições ao longo de duas décadas, assim como seus respectivos desempenhos em

É normal que um Prefeito bem avaliado lance a própria candidatura à reeleição ou apadrinhe algum nome do seu grupo político, que podem ver suas chances favoráveis desestabilizadas por algo rotineiro nas eleições municipais, que é a apresentação do nome de algum Deputado ou Senador na disputa, especialmente em capitais e grandes municípios do interior. Logo, a singularidade de cada processo eleitoral não impede que esses esbarrem em recorrentes fatores, em especial como se visa demonstrar no presente artigo, a presença regular e rotineira de determinados líderes políticos em diferentes escrutínios eleitorais.

2 DUELO DE ELITES

A complexidade da poliarquia de Dahl (1997) jaz na sua ramificação, que se estende em diversos fatores que fortalecem as instituições políticas, englobando as fontes que constituem a democracia como a mesma se apresenta na realidade, distante dos princípios clássicos de participação universal plena, porém seguindo a parcela mais importante de seus regramentos teóricos, assentados na liberdade e na igualdade dos indivíduos que atuam (ainda que para o autor se dê de maneira mínima) com o voto para a escolha de lideranças políticas, trazendo legitimidade ao processo político democrático.

Mesmo que em suas escritas Dahl (1997) não estabeleça essas características como precedentes ou consequência da poliarquia, que, novamente, sintetizada – visa expor a democracia como ela é (com toda sua multiplicidade), o direito a oposição ao governo e formação de instituições de semelhante natureza, e a competição entre indivíduos são fundamentais na visão do autor para o avanço do processo democrático, assegurada a liberdade de expressão dentro ou fora do campo político institucional.

Assim, a democracia se ‘beneficiaria’ desse procedimento inclusivo aumentado a competição entre lideranças políticas, incorporando segmentos sociais que ao ganharem musculatura política, adentram e participam diretamente da disputa pelo poder ou passam a ser ouvidos e terem suas demandas incorporadas pelas lideranças já estabelecidas. Obviamente, esse último fator é de difícil mensuração, demandando muito mais que um artigo para sua análise; o presente

casos de mudança de legenda partidária. Todavia, é importante reforçar a importância do marketing eleitoral e do peso do financiamento das campanhas eleitorais para a vitória nas urnas, como apontado por Sacchet, Speck (2006) e Heiler, Viana e Santos (2016).

fará uma apreciação de outro quesito que reforça o princípio da poliarquia: a disputa política entre lideranças, em especial, como se objetiva demonstrar no caso das maiores capitais brasileiras, em um quadro engessado concentrado em um pequeno número de políticos que se apresentaram como candidatos em diversas ocasiões ao longo de duas décadas.

Bourdieu (2002) comunga com Dahl (1997) ao considerar haver uma disputa pelo poder pela elite política, todavia, sendo mais enfático sobre o surgimento dessa classe política dominante, bem como a respeito das causas e consequências de sua manutenção no centro do poder. Utilizando sua concepção de campo político, que como os demais “campos” é caracterizado pelas relações de troca (semelhantemente ao campo econômico), os cidadãos (liderados) demandam e ‘adquirem’ produtos políticos, onde o campo mantém a hierarquia socioeconômica com um pequeno número de ofertantes – os líderes políticos. A estrutura que opõe dominantes e dominados é uma ‘construção’ histórica do campo que reproduz as desigualdades sociais na disputa política pelo poder, que para o autor, através de uma relação de dominação consentida entre líderes e liderados legitima essa relação hierárquica.

Os detentores de forte capital político (que exercem influência dentro do campo) disputam entre si o centro do poder, a capacidade de imposição de regras, num conflito interminável dentro do próprio campo entre os “profissionais da representação”. Assim, o autor aprofunda a concepção weberiana de vocação política, onde os que vivem da política e para a política lutam para se manter no centro do poder, que diante dessa “complexidade das relações sociais”¹⁴ que o caracteriza, exercem domínio e impedem a inversão das regras do jogo.

No processo eleitoral, as bandeiras políticas e os pleitos sociais que são absorvidos pelas lideranças que disputam o voto são integrados através do discurso e de propostas. Segundo Bourdieu (1992) através do discurso se percebe a dualidade entre líderes e liderados, onde quem se pronuncia visa não apenas ser meramente ouvido, mas reconhecido pelo segmento social ao qual se dirige como figura política que os representa, retroalimentando essa relação político-social assentada no simbolismo entre os que creem no líder político como porta voz de suas demandas políticas.

¹⁴ BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. 5ª edição, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, pgs. 151 e 179.

Nas palavras de Bauman (2000): “não há maneira óbvia e fácil de traduzir preocupações pessoais em questões públicas e inversamente, de discernir e apontar que é público nos problemas privados”¹⁵. As demandas individuais junto ao poder público precisam ser coletivizadas e aglutinadas num discurso, sendo representadas por um líder que pleiteie espaço no sistema representativo para se obter espaço no orçamento público que venha a atender a esses anseios.

Em primeiro lugar, o discurso serve como mecanismo de exposição de ideais, questões, projetos, propostas, temas, etc., onde o líder político busca alentar e nutrir sua relação com seus seguidores e principalmente, expor as temáticas que são relevantes àqueles que são adeptos a suas propostas, ou mesmo visando atingir potenciais seguidores. Quando em uma casa legislativa ou exercendo mandato executivo, esse representante se pronuncia após ter passado pelo processamento de escolha de líderes, onde o voto legitima o discurso e consequentemente, certifica o poder, reconhecendo o líder político como expoente desses conteúdos. Quando não investido em mandato, segue a mesma lógica, com o diferencial de que pleiteia a própria legitimação através do voto, trabalhando para aumentar sua base de modo que seja alçado ao exercício do mandato, equiparando-se ao caso anteriormente exemplificado.

A estabilidade e a continuidade desses projetos supra individuais dependerão de sua capacidade de estabelecer uma definição de realidade convincente, coerente e gratificante – em outras palavras, de sua eficácia simbólica e política propriamente dita. Na medida em que um *projeto social* represente algum grupo de interesse, terá uma dimensão política, [...]. Os projetos constituem, portanto, uma dimensão da *cultura*, [...]. Sendo *conscientes* e *potencialmente públicos*, estão diretamente ligados à organização social e aos processos de mudança social¹⁶.

As lideranças políticas que concorrem ao executivo competem pela capacidade de imposição de seu discurso como majoritário. Os líderes legitimam seus postos e *status* político acumulando capital através do voto, alimentando suas relações simultâneas do campo político e do campo social, mobilizando seguidores e apoiadores, ou apadrinhando novas lideranças que se beneficiam de nomes tradicionais da política, para citar alguns exemplos. Indivíduos possuidores de grande capital social, demonstra Bourdieu (2002), diante das falhas da

¹⁵ BAUMAN, Zygmunt. Em busca da política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p. 10.

¹⁶ VELHO, Gilberto. Um antropólogo na cidade: ensaios de antropologia urbana. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2013, p. 108.

representação política, são requisitados por caciques políticos a se apresentarem com seu "capital pessoal"¹⁷, adentrando o mundo político mesmo inexperientes eleitoralmente (sem terem tido seus nomes anteriormente apresentados nas urnas), demonstrando 'renovação' política que coexiste com a complacência das líderes políticos já legitimados que os apoiam.

Muito além do capital social, a maneira que melhor define a legitimação política dentro do próprio campo, valendo-se dos princípios estabelecidos pelo autor, estaria principalmente no número de votos e na capacidade de representação. O resultado do escrutínio eleitoral em proporção de votos ou acumulado de mandatos tende a provar a força política do representante, o que explica em parte sucessivas candidaturas de certos nomes.

Panebianco (2005) se propõe analisar a concentração de poder nas mãos dos líderes políticos. Assim como Bourdieu (2002), o autor italiano descreve a relação entre esses e seus liderados como uma relação aceita pacificamente pelos dominados, porém, indo além da definição do pensador francês, o primeiro aponta que além da tentativa do líder de consolidar seu *status*, seus aliados e seguidores esperam uma reciprocidade mínima, pressionando para obter benefícios que compensem essa lealdade atribuída. A "troca desigual" se manifesta entre uma liderança que não tem poderes irrestritos, mas com uma ampla vantagem pela sua posição e pela sua "liberdade de ação"¹⁸ que lhe dá margens de manobra e de negociação.

Os líderes controlam cargos junto a estrutura burocrática do partido, bem como, quando seu partido assume o controle do Estado ou faz parte da base de apoio da administração ou governo de outro partido, os líderes, segundo Panebianco (2005), indicam eventualmente em forma de retribuição figuras de sua confiança que integram sua própria base, ou seja, seus liderados. Essa constante luta interna por espaço, nas linhas propostas pelo autor, permitem refletir sobre a capacidade de prestígio e a concentração de poder entre os líderes, que semelhantemente a relação assimétrica entre esses e seus liderados, tem também uma relação desigual e desarmônica. Todavia essa iniciativa tropeça na dificuldade de mensuração dessas faculdades e habilidades, dados os níveis de abstração.

¹⁷ BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. p. 191.

¹⁸ PANEBIANCO, Angelo. Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 46.

O líder advém de uma interação onde pessoas depositam na urna seu voto em expectativa de um retorno, sendo esse retorno mínimo, de representação. Seja na promessa do 'político' para com seu eleitorado de 'representar a voz' desse segmento, seja na promessa de retornos em emendas para obras locais, 'lutas' por direitos, etc., há uma relação assimétrica que decorre da complacência entre aqueles que fazem campanha, recebem os candidatos em suas residências ou apenas nesses votam, com aqueles que são eleitos para as funções administrativas ou representativas. Toma-se como pressuposto que essa relação parte do princípio weberiano da dominação e da contrapartida, onde há uma estrutura social de desigualdade de recursos financeiros e de poder que forma a discrepância que legitima o líder entre seus liderados.

Por conseguinte, expostos os princípios teóricos de concentração da disputa política entre elites dominadoras do próprio processo, que na presente escrita sucedeu uma breve descrição do *modus operandi* do processo eleitoral brasileiro, além de ressaltadas as particularidades da divisão social da metrópole que aqui foi caracterizada como 'complexa', a próxima seção apontará um dos denominadores comuns das eleições municipais brasileiras das quatro capitais selecionadas, a concentração do processo eleitoral da disputa pelo executivo municipal.

3 ELEIÇÕES MUNICIPAIS NO BRASIL

O ponto de corte utilizado para análise foi de candidatos que atingiram ao menos 1% (um ponto percentual) dos votos válidos; exceções serão destacadas dada a relevância de determinado candidato para a política local ou brasileira como um todo. Ao longo de seis eleições, São Paulo teve cinquenta diferentes candidatos, sendo que desses, catorze estiveram presentes em mais de uma eleição: contudo, apenas dez obtiveram o patamar de 1% dos votos válidos em todas as suas participações; mais surpreendente ainda é que desses, apenas dois foram mais de uma vez para o segundo turno.

Marta Suplicy¹⁹ e Luiza Erundina²⁰ lideram o número de candidaturas, tendo cada uma das ex-Prefeitas sido candidatas em quatro das seis eleições em

¹⁹ Candidata e Prefeita eleita pelo PT em 2000. Posteriormente candidata pelo PMDB em 2016.

²⁰ Ex-Prefeita entre 1989-1992, candidata pelo PT em 1992, pelo PSB em 2000 e 2004 e pelo PSOL em 2016.

análise²¹; todavia, esse número não é apenas reservado as duas primeiras mulheres a administrarem a capital paulista. Levy Fidelix também esteve presente em dois terços das eleições ao longo do período, diferentemente de Marta e Erundina, sempre pelo mesmo partido – o PRTB (Partido Renovador Trabalhista Brasileiro), enquanto ambas após terem sido prefeitas eleitas pelo PT (Partido dos Trabalhadores), eventualmente migraram para outras legendas e tiveram diminuição significativa nos seus respectivos desempenhos nas urnas.

Quando ainda partidária do PT, a ex-Prefeita Luiza Erundina fez quase 2 milhões de votos no segundo turno de 1996; quatro anos depois, já no PSB (Partido Socialista Brasileiro), Erundina obteve um desempenho 50% menor em relação a sua votação no primeiro turno da última eleição municipal da década de 1990, fato que se repetiu em semelhante proporção em 2004, quando a Deputada alcançou cerca de 245 mil votos. Luiza Erundina retornou doze anos depois a disputa pelo comando da capital, dessa vez pelo PSOL (Partido Socialismo e Liberdade) recebendo 184 mil votos.

A história não foi diferente para Marta Suplicy, que depois de ser eleita com mais de 3,2 milhões de votos no segundo turno de 2000, mesmo que em sua tentativa de reeleição tenha obtido votação maior no primeiro turno de 2004 em relação a sua votação quatro anos antes, perdeu a reeleição ao receber 500 mil votos a menos no segundo turno. Apesar de seus montantes de votos sempre terem se mantido em suas três consecutivas disputas pela Prefeitura, acima de 2 milhões de votos no primeiro turno, Marta sofreu sua segunda derrota conseguinte em 2008, não chegando a 2,5 milhões de votos no segundo turno, número muito superior aos 587 mil votos que recebeu em 2016 já no PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) ainda investida no mandato de Senadora (conquistado em 2010 quando ainda membra do PT).

Esse movimento negativo no número de votos não foi diferente para Francisco Rossi, que após fazer mais de 400 mil votos em 1996 quando disputou pelo PDT (Partido Democrático Trabalhista), sofreu uma perda de mais de 300 mil votos oito anos depois ao disputar o mesmo cargo pelo PHS (Partido Humanista da Solidariedade). Porém, a perda significativa de votos no transcorrer das duas

²¹ Luiza Erundina, todavia, também foi candidata em 1988, tendo vencido Paulo Maluf naquela ocasião.

décadas não é um caso isolado dos políticos que mudaram de partido: Paulo Maluf (PP – Partido Progressista) e José Serra (PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira) tem históricos muito parecidos, tendo ambos sido candidatos à Presidência da República, são ex-Governadores de São Paulo e ex-Prefeitos da capital do mesmo estado.

Maluf teve uma perda significativa de capital político durante o período em análise. Após ter feito quase um milhão de votos no primeiro turno em 2000, tendo surpreendentemente mais que dobrado essa quantia no segundo turno, ainda assim foi derrotado por Marta Suplicy. A capacidade de angariar votações significativas no pleito municipal do ex-Prefeito foi abalada em suas duas tentativas subsequentes, tendo feito pouco mais de 700 mil votos em 2004 e pouco mais da metade dessa performance quatro anos depois.

José Serra, que assim como Maluf sempre disputou o executivo municipal pelo mesmo partido, ainda que tenha obtido uma votação quase três vezes maior no primeiro turno de 2004 em relação a sua primeira disputa em 1996, viu seu número de votos despencar em 2012 contra os estreantes em eleições para a prefeitura – Fernando Haddad (PT) e Celso Russomano (PP). Serra, que em 2004 impediu a reeleição de Marta Suplicy, foi vencido por Haddad no segundo turno oito anos depois. Esse venceu com quase 3,4 milhões de votos em 2012, logo em sua primeira eleição em sua carreira política; quatro anos depois, Haddad fez a menor votação de um segundo colocado em primeiro turno desde a de Paulo Maluf em 2000, quase metade da que o próprio prefeito do PT obteve em sua disputa contra Serra ainda no primeiro turno.

TABELA 1 - DESEMPENHO GERAL DE CANDIDATOS A PREFEITURA DE SÃO PAULO.

CANDIDATO	CANDIDATURAS	2º(s) TURNO (S)	VITÓRIAS	DERROTAS
MARTA SUP LIC Y (PT/PMDB)	4	3	1	3
LUIZA ERUNDINA (PT/PSB/PSOL)	4	1	0	4
JOSÉ SERRA (PSDB)	3	2	1	2
PAULO SALIM MALUF (PP)	3	1	0	3
FERNANDO HADDAD (PT)	2	1	1	1
FRANCISCO ROSSI (PDT/PHS)	2	0	0	2
GERALDO ALCKMIN (PSDB)	2	0	0	2

PAULO PEREIRA (PDT) ²²	2	0	0	2
SONIA FRANCINE (PPS)	2	0	0	2
CELSO RUSSOMANNO (PRB)	2	0	0	1
DESEMPENHO EM PRIMEIROS TURNOS				
CANDIDATO	1ª PARTICIPAÇÃO	2ª PARTICIPAÇÃO	3ª PARTICIPAÇÃO	4ª PARTICIPAÇÃO
MARTA SUP LICY (PT/PMDB)	2.105.013	2.209.264	2.088.329	587.220 (PMDB)
LUIZA ERUNDINA (PT/PSB/PSOL)	1.291.120 (PT)	546.766 (PSB)	244.090 (PSB)	184.000(PSOL)
JOSÉ SERRA (PSDB)	819.995	2.686.396	1.884.849	-
PAULO SALIM MALUF (PP)	960.581	734.580	376.734	-
FERNANDO HADDAD (PT)	1.776.317	967.190	-	-
FRANCISCO ROSSI (PDT/PHS)	400.536 (PDT)	77.957 (PHS)	-	-
GERALDO ALCKMIN (PSDB)	952.890	1.431.670	-	-
PAULO PEREIRA (PDT) ¹⁰	86.549	38.750	-	-
SONIA FRANCINE (PPS)	266.978	162.384	-	-
CELSO RUSSOMANNO (PRB)	1.324.021	789.986	-	-
DESEMPENHO EM SEGUNDOS TURNOS				
CANDIDATO	2º(s) TURNO (S)	1ª PARTICIPAÇÃO	2ª PARTICIPAÇÃO	3ª PARTICIPAÇÃO
MARTA SUP LICY (PT/PMDB)	3	3.247.900 (PT)	2.740.152 (PT)	2.452.527 (PT)
JOSÉ SERRA (PSDB)	2	3.330.179	2.708.768	-
FONTE: TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE)				

Serra e Maluf disputaram metade das eleições para prefeitura de São Paulo entre 1996 e 2016, sendo o tucano o único junto de Marta a ter disputado mais de um segundo turno na capital paulista. Isso solidifica outro ponto extremamente intrigante da história da disputa pelo Palácio do Anhangabaú – Marta esteve em três segundos turnos das eleições paulistanas, enquanto Serra participou de dois. Ambos tiveram votações menores a cada escrutínio que passaram. Mais interessante ainda é o fato de que o maior eleitorado municipal do Brasil jamais reelegeu um prefeito em sua história²³.

Como anteriormente citado, apenas dez políticos obtiveram votação superior a 1% dos votos válidos em todas suas respectivas participações ao longo das seis eleições em análise. Tendo demonstrado o sólido histórico de Marta Suplicy, Luiza Erundina, José Serra e Paulo Maluf, os demais seis também trazem históricos

²² Paulo Pereira (PDT) não alcançou o patamar mínimo estabelecido como ponte de corte para a análise em 2012.

²³ Gilberto Kassab (a época integrante do DEM - Democratas) foi reeleito em 2008 em disputa contra Marta Suplicy, contudo, Kassab era vice de Serra e assumiu após esse renunciar ao cargo para disputar o Governo do Estado. Logo, Kassab não foi reeleito após ter obtido o mandato de prefeito diretamente nas urnas.

importantes de serem observados: todos estiveram em pelo menos um terço das eleições ao longo do período, sendo que nomes campeões de votos nos pleitos para Governador e Deputado fracassaram até em chegar no segundo turno da disputa pelo executivo municipal.

Apesar de Geraldo Alckmin (PSDB) ter feito em 2008 uma votação muito superior a conquistada em 2000, seu desempenho o colocou ao lado de Maluf e Serra, como de ex-Governadores do estado de São Paulo que não conseguiram transferir seu sucesso no escrutínio estadual para o municipal (assim como seu cooptadário José Serra, Alckmin também disputou a prefeitura de São Paulo após derrota nas eleições presidenciais, porém, sem sucesso como seu colega tucano). Paulo Pereira (PDT), sequer alcançou 1% dos votos válidos em sua segunda disputa na capital, mesmo sendo um nome de peso nas eleições para a Câmara dos Deputados. Celso Russomano (PRB - Partido Republicano Brasileiro), que como seu colega de parlamento Paulo Pereira esteve em duas eleições paulistanas, alcançou votações próximas as de Geraldo Alckmin. Tudo isso demonstra e reforça o princípio da complexidade do processo social que é a eleição. Quatro dos dez nomes apontados participaram de pelo menos metade dos pleitos municipais, onde o capital político formado nas urnas em disputas estaduais e até nacionais perderam força rapidamente, impedindo ex-Governadores e Deputados de vencerem a disputa pela prefeitura da capital.

TABELA 2 - DESEMPENHO GERAL DE CANDIDATOS A PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO.

CANDIDATO	CANDIDATURAS	2º(s) TURNO (S)	VITÓRIAS	DERROTAS
LUIZ CONDE (PFL-PMDB)	3	2	1	2
MARCELO CRIVELLA (PL-PRB)	3	1	1	2
JANDIRA FEGHALI (PCdoB)	3	0	0	3
CHICO ALENCAR (PT-PSOL)	2	0	0	2
CÉSAR MAIA (PTB/PFL)	2	1	2	0
EDUARDO PAES (PMDB)	2	1	2	0
ALESSANDRO MOLON (PT-REDE)	2	0	0	2
MARCELO FREIXO (PSOL)	2	1	0	2
DESEMPENHO EM PRIMEIROS TURNOS				

CANDIDATO	CANDIDATURAS	1ª PARTICIPAÇÃO	2ª PARTICIPAÇÃO	3ª PARTICIPAÇÃO
LUIZ CONDE (PFL-PMDB)	3	1.192.438 (PFL)	1.124.915 (PFL)	385.848 (PMDB)
MARCELO CRIVELLA (PL-PRB)	3	753.189 (PL)	625.237 (PRB)	842.201 (PRB)
JANDIRA FEGHALI (PCdoB)	3	238.098	321.012	101.133
CHICO ALENCAR (PT-PSOL)	2	641.526 (PT)	59.362 (PSOL)	-
CÉSAR MAIA (PTB/PFL)	2	747.132(PTB)	1.728.853(PFL)	-
EDUARDO PAES (PMDB)	2	1.049.019	2.097.733	-
ALESSANDRO MOLON (PT-REDE)	2	162.926 (PT)	43.426 (REDE)	-
MARCELO FREIXO (PSOL)	2	914.082	553.424	-
DESEMPENHO EM SEGUNDOS TURNOS				
CANDIDATO	CANDIDATURAS	2º(s) TURNO (S)	1ª PARTICIPAÇÃO	2ª PARTICIPAÇÃO
LUIZ CONDE (PFL-PMDB)	3	2	1.735.415 (PFL)	1.543.327 (PFL)
FONTE: TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE)				

O quadro do Rio de Janeiro não destoa do relatado na tabela 1, ainda que com não tão grande número de candidatos com mais de uma candidatura superando o patamar mínimo de 1% como no caso paulistano, mesmo tendo cinquenta e dois nomes diferentes distribuídos ao longo das seis eleições em perspectiva. Três candidatos estiveram presentes em metade das eleições municipais realizadas no transcorrer das duas décadas em estudo, com outros cinco candidatos postulando o centro da administração da antiga capital nacional em um terço das eleições entre 1996 e 2016. Entre os que disputaram três dos seis escrutínios eleitorais do período foi Luiz Paulo Conde, que venceu a disputa em 1996 pelo PFL²⁴ como candidato apoiado por César Maia (então prefeito pelo PMDB), para quem Luiz Conde perdeu sua tentativa de reeleição em 2000, repetindo o insucesso diante de seu antigo padrinho político, quando Maia foi reeleito em 2004. Conde acabou perdendo quase 800 mil votos de uma eleição para outra ao migrar do PFL para o PMDB.

Conde foi o único político a disputar mais de uma vez o segundo turno nas seis eleições em destaque. Junto dele, outros dois nomes de peso da política carioca estiveram em três ocasiões com seus nomes nas urnas: Marcelo Crivella foi eleito prefeito em 2016 após duas tentativas fracassadas, sendo a primeira pelo

²⁴ Antigo Partido da Frente Liberal que desde 2007 mudou para o nome Democratas (DEM).

extinto Partido Liberal (PL), enquanto as outras duas pelo PRB (Partido Republicano Brasileiro) – sem mudança significativa no seu padrão de vocação. Enquanto isso, Jandira Feghali (Partido Comunista do Brasil – PCdoB) não conseguiu repetir seu sucesso nas urnas que obteve em suas candidaturas para Deputada Federal, jamais tendo alcançado o segundo turno. Apesar do aumento em sua votação em 2008 em relação ao volume obtido quatro anos antes, em 2016 a Deputada Federal teve uma votação três vezes menor que a de oito anos antes.

César Maia foi três vezes prefeito da capital carioca, sendo que como observado na tabela 2, durante o período em análise obteve duas vitórias consecutivas, uma pelo PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e outra em seu retorno ao PFL, fazendo quase 1 milhão de votos a mais em sua reeleição, que se deu no primeiro turno de 2004. Outro político de sucessivas vitórias no Rio de Janeiro é Eduardo Paes, que levou o PMDB de volta a Prefeitura do Rio de Janeiro em 2008, com reeleição ainda no primeiro turno de 2012. Esse padrão de êxito de Maia e Paes jamais foi experimentado por nenhum candidato dos partidos de esquerda²⁵ no Rio de Janeiro – todos os candidatos que estiveram presentes em duas ou três eleições no período, sem jamais obter sequer uma vitória, eram de partidos de esquerda.

Alessandro Molon, Chico Alencar e Marcelo Freixo foram cada um, candidatos em duas ocasiões entre 1996 e 2016, sendo que somente o último alcançou o segundo turno na última eleição do período em estudo. Chico Alencar obteve quase 650 mil votos em sua primeira disputa pela Prefeitura carioca em 1996, resultado surpreendente para o próprio e o Partido dos Trabalhadores (que após a candidatura de Benedita da Silva quatro anos depois, superando o sucesso de Chico Alencar, jamais teve um de seus candidatos com votação expressiva no Rio de Janeiro), muito além do resultado mais de dez vezes menor em 2008, quando foi candidato pelo PSOL.

Ex-integrante do PT, Molon repetiu o malogro de Alencar, porém com uma votação muito menor para o próprio Partido dos Trabalhadores no Rio, fazendo pouco mais de 160 mil votos em 2008, atrás até da também esquerdista Jandira Feghali no ano em que essa alcançou sua melhor votação na capital, montante

²⁵ Para maiores informações quanto a distribuição dos partidos brasileiros na escala ideológica esquerda x direita, ler: TAROUCO, Gabriela da Silva; MADEIRA, Rafael Machado. Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil.

quatro vezes maior que sua segunda tentativa frustrada, dessa vez pela REDE (REDE Sustentabilidade) em 2016, com pouco mais de 40 mil votos.

Coube a Marcelo Freixo dar ao PSOL duas votações massivas na disputa pelo cargo de Prefeito do Rio de Janeiro, a maior votação obtida até 2016 pelo pequeno partido de esquerda em uma capital do País, surpreendendo com mais de 900 mil votos em 2012, o que apesar de um feito histórico não foi suficiente para levar a disputa para um segundo turno, pois como citado anteriormente, Eduardo Paes venceu sua tentativa de reeleição ainda na primeira etapa com mais de 2 milhões de votos (quase o dobro de sua primeira votação quatro anos antes). O sucesso de Freixo não se repetiu em 2016, quando sua votação foi de pouco mais de 550 mil votos, dessa vez indo para o segundo turno dada a grande divisão nas eleições do ano, mas perdendo para o ex-Ministro e então Senador Marcelo Crivella.

Diferentemente de São Paulo e do Rio de Janeiro, a capital baiana apresentou não apenas um pequeno número de candidatos superando o patamar mínimo de 1% em mais de uma eleição, como também um número consideravelmente menor de nomes distribuídos ao longo das seis eleições municipais do período; trinta postulantes à Prefeitura de Salvador, vinte a menos que o número aferido em São Paulo – concorreram ao longo das duas décadas, sendo que apenas quatro obtiveram em mais de uma ocasião votação maior que 1% dos votos válidos. Dentre esses, ninguém participou mais vezes de eleições na capital soteropolitana que Nelson Pelegriño (PT), que apesar de votações expressivas em suas quatro disputas, foi apenas uma vez para o segundo turno e amargou quatro derrotas – três consecutivas (1996, 2000 e 2004) e uma em 2012 após seu surpreendente desempenho com mais de meio milhão de votos, a maior votação de qualquer membro do Partido dos Trabalhadores em Salvador.

Em suas três disputas pela Prefeitura, Antonio Imbassahy foi consagrado com duas vitórias consecutivas (1996 e 2000), ambas pelo PFL (DEM) e no primeiro turno, fazendo mais de 400 mil votos na primeira e cerca de 530 mil votos em sua reeleição. Ao retornar a disputa pela administração da capital da Bahia, dessa vez pelo PSDB, Imbassahy fez pouco menos de 110 mil votos em 2008, ano em que João Carneiro foi reeleito com cerca de 120 mil votos a menos que o montante recebido em sua eleição quatro anos antes.

Carneiro também esteve em três eleições soteropolitanas, tendo aumentado significativamente seu número de votos em 2004 já no primeiro turno, mais de 500 mil votos contra menos de 75 mil em 2000 (ambas disputadas pelo PDT), volume suficiente para o encaminhar para o segundo turno, onde recebeu quase 880 mil votos. Pelo PMDB, Carneiro chegou pouco à frente de seu adversário Walter Pinheiro (PT) em sua tentativa de reeleição em 2008, vencendo o segundo turno contra o mesmo com quase 750 mil votos.

TABELA 3 - DESEMPENHO GERAL DE CANDIDATOS A PREFEITURA DE SALVADOR.

CANDIDATO	DESEMPENHO GERAL			
	CANDIDATURAS	2º(s) TURNO (S)	VITÓRIAS	DERROTAS
NELSON PELEGIRINO (PT)	4	1	0	4
ACM NETO (DEM)	3	1	2	1
ANTONIO IMBASSAHY (PFL-PSDB)	3	0	2	1
JOÃO CARNEIRO (PDT-PMDB)	3	2	2	1
DESEMPENHO EM PRIMEIROS TURNOS				
CANDIDATO	1ª PARTICIPAÇÃO	2ª PARTICIPAÇÃO	3ª PARTICIPAÇÃO	4ª PARTICIPAÇÃO
NELSON PELEGIRINO (PT)	235.635	349.292	261.198	513.350
ACM NETO (DEM)	346.881	518.976	982.246	-
ANTONIO IMBASSAHY (PFL-PSDB)	407.019 (PFL)	531.423 (PFL)	108.660 (PSDB)	-
JOÃO CARNEIRO (PDT-PMDB)	74.313 (PDT)	526.890 (PDT)	402.684 (PMDB)	-
DESEMPENHO EM SEGUNDOS TURNOS				
CANDIDATO	CANDIDATURAS	2º(s) TURNO (S)	1ª PARTICIPAÇÃO	2ª PARTICIPAÇÃO
JOÃO CARNEIRO (PDT-PMDB)	3	2	876.278 (PDT)	753.487 (PMDB)
FONTE: TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE)				

Filho do ex-Governador e ex-Senador João Durval, Carneiro é o único político a ter disputado o segundo turno em mais de uma ocasião durante o período em estudo, nos quais venceu a disputa pela Prefeitura da capital. Também descendente de um grande líder político da Bahia, Antonio Carlos Magalhães Neto disputou, assim como Carneiro, três vezes o comando da Prefeitura de Salvador, todas pelo DEM. Entre 2008 e 2016, ACM Neto sempre obteve desempenhos cada vez maiores nas urnas da capital, seus quase 350 mil votos o deixaram a menos de 4 p.p. do segundo turno em sua primeira tentativa, ampliando para quase 520 mil votos no primeiro turno de 2012, ano no qual venceu a eleição no segundo turno com mais de

717 mil votos, votação que superou em 2016 já no primeiro turno, encerrando a disputa pela administração local já na primeira etapa com seus mais de 980 mil votos.

Em Belo Horizonte, capital do segundo maior colégio estadual do Brasil – Minas Gerais, quarenta políticos estiveram envolvidos nas seis eleições da capital do estado, porém, nenhum esteve tão presente nas urnas quanto Alice Portugal, candidata pelo pequeno partido de esquerda PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado. Alice Portugal disputou todas as eleições entre 2004 e 2016, porém, sempre alcançando pequenas votações, que variaram de 5 a 20 mil votos. A também candidata de esquerda Maria da Consolação Rocha do PSOL, disputou duas vezes o mesmo cargo, dando um desempenho melhor ao PSOL que a candidata do PSTU, fazendo cerca de 50 mil votos em 2012 e 2016.

TABELA 4 - DESEMPENHO GERAL DE CANDIDATOS A PREFEITURA DE BELO HORIZONTE.

DESEMPENHO GERAL				
CANDIDATO	CANDIDATURAS	2º(s) TURNO (S)	VITÓRIAS	DERROTAS
VANESSA PORTUGAL (PSTU)	4	0	0	4
JOÃO LEITE (PSB-PSDB)	3	2	0	3
CELIO DE CASTRO (PSB)	2	2	2	0
MÁRCIO LACERDA (PSB)	2	1	2	0
MARIA ROCHA (PSOL)	2	0	0	2
DESEMPENHO EM PRIMEIROS TURNOS				
CANDIDATO	1ª PARTICIPAÇÃO	2ª PARTICIPAÇÃO	3ª PARTICIPAÇÃO	4ª PARTICIPAÇÃO
VANESSA PORTUGAL (PSTU)	16.854	7.123	19.908	5.256
JOÃO LEITE (PSB-PSDB)	372.257 (PSDB)	290.194 (PSB)	395.952 (PSDB)	-
CELIO DE CASTRO (PSB)	429.948	518.600	-	-
MÁRCIO LACERDA (PSB)	767.332	676.215	-	-
MARIA ROCHA (PSOL)	54.530	48.715	-	-
DESEMPENHO EM SEGUNDOS TURNOS				
CANDIDATO	CANDIDATURAS	2º(s) TURNO (S)	1ª PARTICIPAÇÃO	2ª PARTICIPAÇÃO
JOÃO LEITE (PSB-PSDB)	3	2	562.863 (PSDB)	557.356 (PSDB)
CELIO DE CASTRO (PSB)	2	2	809.992	686.378
FONTE: TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE)				

João Leite foi candidato tanto pelo PSDB quanto pelo PSB, mas jamais venceu a disputa pela prefeitura de Belo Horizonte. Seus melhores desempenhos foram pelo partido tucano, onde em ambas as ocasiões fez quase 400 mil votos,

indo para o segundo turno em 2000 e 2016. Na primeira ocasião, foi derrotado pelo candidato a reeleição Celso de Castro do PSB (que venceu com pouco mais de 685 mil votos no segundo turno de 2000, bem abaixo dos mais de 800 mil votos em sua primeira eleição no segundo turno de 1996). Coopartidário de Celso de Castro, Márcio Lacerda levou o PSB de volta a prefeitura da capital mineira em 2008, fazendo quase 770 mil votos no segundo turno; quatro anos depois, foi reeleito ainda no primeiro turno com quase 680 mil votos.

Mais do que centralizada no entorno de poucos nomes, as capitais dos dois maiores colégios estaduais do Brasil – São Paulo e Minas Gerais foram dominadas por um pequeno número de partidos ao longo das duas décadas analisadas. São Paulo foi a única entre as quatro capitais onde a polarização PT-PSDB (que no mesmo período protagonizaram todas as eleições presidenciais) se repetiu a nível municipal.

Apesar de protagonizarem juntos apenas os segundos turnos de 2004 e 2012, com exceção da eleição de Celso Pitta (PPB²⁶) em 1996 e de Gilberto Kassab (DEM) doze anos depois, todas as eleições paulistanas foram vencidas por um candidato ou do PT ou do PSDB. Já em Belo Horizonte, quatro das seis eleições foram vencidas pelo PSB. Os socialistas apenas não venceram na capital mineira em 2004 com a eleição de Fernando Pimentel do PT e em 2016 quando não lançaram candidato próprio.

O mesmo ocorreu em Salvador, onde o então PFL saiu vitorioso em 1996 e 2000, retornando ao comando da capital baiana já com a mudança de sigla (DEM) em 2012 e 2016. João Carneiro interrompeu a dominação do partido por um breve período, levando o PDT e posteriormente o PMDB ao comando da cidade. No Rio de Janeiro o antigo PFL também acumulou duas vitórias, com Luiz Conde em 1996 e com César Maia em 2004 com seu retorno a sigla. Diferentemente das demais capitais, a carioca teve quatro siglas diferentes governando a capital no período; outra distinção das demais, está na participação de candidatos de pequenos partidos como o Partido Verde (PV) e PRB e PSOL em segundos turnos.

²⁶ Antigo Partido Progressista Brasileiro, que desde 2003 adotou a sigla PP – Partido Progressista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diferentes estratos da sociedade experimentem a política de maneira diferenciada: não é esperado que a interação de um líder político com uma comunidade de baixa renda seja análoga a semelhante experiência desse mesmo líder em um bairro próximo a essa comunidade, porém, de alta renda; de fato, espera-se até mesmo que esse líder tenha dificuldade de transitar por ambos segmentos que estão próximos geograficamente, mas que sejam de diferentes realidades. Na esfera municipal, em bairros nobres, a recepção calorosa, com convite para conhecer o âmbito residencial e a conversa ‘olho no olho’, tem maior dificuldade de ocorrer; já em comunidades carentes, é comum esse contato mais direto.

A troca do voto por determinados benesses, se soma a confiança do voto por relações históricas, por amizade, dentre outras formas que demonstram que relações interpessoais prévias ao escrutínio eleitoral, muitas vezes são tão significativas quanto outras formas de interação social. O observar da interação política nas metrópoles, requer a compreensão das distinções dentre os diversos estratos da população. Simultaneamente, habitam universos de eleitores em espaços formados por contextos socioculturais e significados diferenciados. Indivíduos das regiões Norte e Nordeste experimentam a política de diferentes maneiras quando comparadas entre si, assim como quando comparadas com as experiências nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul... A diversidade social nacional deságua na complexidade da própria política.

Há eleitores que são militantes partidários, outros que votam pela ‘obrigação’ do voto... Além disso, dentro de diferentes partidos militam com maior ou menor afinco, distintos tipos de eleitores, de diferentes classes sociais. Ainda que essa questão tenha sido aprofundada nas cinco décadas que se passaram, o papel do eleitor e a prática do voto continuam sendo uma realidade pouco conhecida, mas com significativas mudanças, diferentemente das elites políticas e do sistema representativo.

Como apresentado nesse estudo, um seleto número de líderes políticos dominou nas capitais estudadas o jogo eleitoral no transcorrer de duas décadas, muitos deles, em grandes ou pequenas siglas, tendo seus respectivos nomes

garantidos em várias eleições, muitas vezes, se necessário, mudaram de partido para ainda assim assegurar vaga na disputa. Ainda que em muitos casos isso não tenha certificado aumento progressivo no número de votos, tampouco futuras vitórias pela 'insistência' na participação, esse fenômeno abre espaço para futuros estudos a serem desenvolvidos a partir dessa perspectiva de concentração do processo eleitoral.

Primeiramente, é necessário fazer um levantamento mais profícuo a respeito da relação de cargos públicos e eletivos exercidos pelos candidatos, sendo que como previamente citado, em muitos casos Senadores, Deputados, ex-Prefeitos e até antigos candidatos à Presidência da República entraram na disputa pelo comando das capitais estudadas. Também, um estudo da relação de votos para Vereador, colocando esses números em perspectiva com os votos para Prefeito, poderá trazer uma outra abordagem acerca do processo eleitoral municipal dessas quatro importantes cidades brasileiras.

Essas, entre outras análises mais profundas, poderão explicar um pouco mais da dinâmica eleitoral municipal, não apenas das quatro capitais selecionadas, mas também expandindo para outras capitais brasileiras ou mesmo municípios de grande porte, verificando se o padrão aqui observado se repete em outras cidades semelhantes. Permitindo assim uma comparação com o que foi possível apontar no presente artigo: o processo eleitoral municipal, apesar de único e distinguível, não deixa de comportar um determinado protótipo, que é o de centralização e hegemonização da atividade política eleitoral.

REFERÊNCIAS DAS FONTES CITADAS

BOAS, Franz. As limitações do método comparativo da Antropologia e Os objetivos da pesquisa antropológica. In: CASTRO, Celso (Org.). Antropologia Cultural. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BONE, Hugh A.; RANNEY, Austin. A política e o eleitor. Editora Presença: Rio de Janeiro, 1966.

BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. Perspectiva: São Paulo, 5ª edição, 1992.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 5ª edição, 2002.

DAHL, Robert. Poliarquia: Participação e Oposição. EdUSP: São Paulo, 1997.

GASPARETTO, Agenor. Política & Pesquisa: A sucessão municipal no Sul da Bahia. Colorgraf: Itabuna, Bahia, 1993.

HEILER, Jeison Giovani; VIANA, João Paulo Saraiva Leão; SANTOS, Rodrigo Dolandeli dos. O custo da política subnacional: a forma como o dinheiro é gasto importa? Relação entre receita, despesas e sucesso eleitoral. Opinião Pública, Campinas, v. 22, n. 1, p. 56-92, abr. 2016. Acesso em: 06 fev. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1807-0191201622156>.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a Dádiva. Cosac Naify: São Paulo, 1ª edição, 2013.

PANEBIANCO, Angelo. Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos. Martins Fontes: São Paulo, 2005.

SCHUTZ, Alfred. A Província da Sociologia. In: WAGNER, Helmut R. (Org.). Fenomenologia e relações sociais: textos escolhidos de Alfred Schutz. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.

SACCHET, Teresa; SPECK, Bruno Wilhelm. Financiamento eleitoral, representação política e gênero: uma análise das eleições de 2006. Opinião Pública, Campinas, v. 18, n. 1, p. 177-197, jun. 2012. Acesso em: 06 fev. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-627620120001000093>

SCHUTZ, Alfred. O mundo das relações sociais. In: WAGNER, Helmut R. (Org.). Fenomenologia e relações sociais: textos escolhidos de Alfred Schutz. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.

TAROUCO, Gabriela da Silva; MADEIRA, Rafael Machado. Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. Rev. Sociol. Polit, Curitiba, v. 21, n. 45, p. 149-165, mar. 2013. Acesso em: 01 mar. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782013000100011>.

VELHO, Gilberto. Um antropólogo na cidade: ensaios de antropologia urbana. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2013.

WEBER, Max. A Política como vocação. In: WEBER, Max. Ciência e Política: duas vocações. São Paulo: Editora Cultrix, 2015.